



MULHERES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: RELAÇÕES DE GÊNERO NOS ESPAÇOS DE TRABALHO

Lilian Lemos Menegaro¹

Resumo

A necessidade de problematizar e discutir os mecanismos sociais que constroem e moldam as relações de gênero é fundamental, uma vez que eles colaboram para reforçar a determinação de modos de ser limitados e limitadores que oprimem e constantemente violam os direitos das mulheres. Este trabalho apresenta uma análise do episódio “Cientistas brilhantes” da série documental *Tech Grils* publicada pela marca Samsung. A série destaca-se ao apresentar uma perspectiva que rasura a visão padronizada que comumente define e limita a função das mulheres na sociedade, mais especificamente no mercado de trabalho, evidenciando as dificuldades pelas quais elas passam.

Palavras-chave: Mulheres. Trabalho. Igualdade de gêneros.


Relações de gênero e trabalho: novas perspectivas são possíveis?

A proposta deste trabalho é analisar um vídeo produzido e publicado no YouTube pela marca Samsung no qual são pontuadas algumas questões de gênero nas relações de trabalho em áreas das ciências, envolvendo desenvolvimento tecnológico. Este material é pertinente para pensar não só o enfoque dado pela marca, mas principalmente analisar o posicionamento dessas mulheres diante das referidas questões, já que a narrativa se dá pela voz delas. O relato delas propicia a análise dos gêneros na perspectiva pós-estruturalista e incita a urgência em pensar criticamente as relações de gênero no trabalho com foco nos direitos das mulheres, tanto pelo disposto na Constituição Federal de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos quanto na Legislação Trabalhista.

Intitulado “Cientistas Brilhantes”, o vídeo selecionado apresenta a narrativa de duas mulheres cientistas, uma na área da astrofísica e outra na área da biologia, e é o primeiro da série documental *Tech Girls*, organizada pela Samsung em uma sequência de três episódios. Conforme anunciado no site da marca, a série é uma criação que faz parte do seu novo posicionamento no mercado, tendo como slogan a frase *Do What you Can't*. O episódio mostra a história dessas mulheres, que revelam sua vivência de trabalho em ambientes predominantemente ocupados por homens.

¹ Licenciada em Letras-Português, mestranda em História da Literatura e graduanda em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), menegarolilian@gmail.com



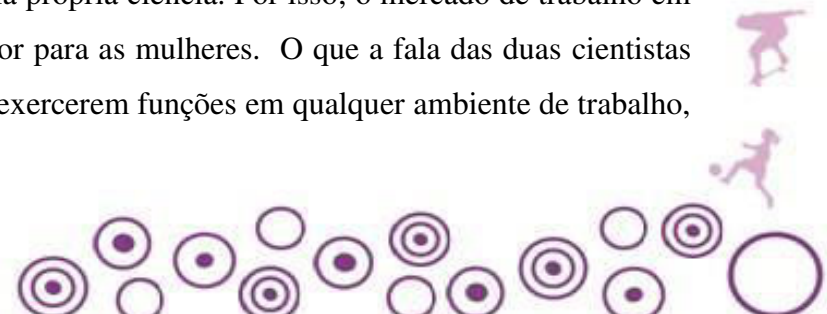



É pertinente ponderar que esta é uma ação de *marketing* de uma multinacional que atende uma grande parcela do mercado na venda de produtos tecnológicos. Seu objetivo é incentivar o consumo dos produtos que fornece e a utilização da força de trabalho feminina. Porém, diferentemente do que é mais comum em ações de *marketing* divulgadas por empresas de distintos segmentos, a proposta traz uma visão inovadora no que se refere a pensar as representações e relações de gênero no trabalho, assim como mostra uma postura diferente no âmbito da publicidade.

Para compreender a relevância do conteúdo do episódio para as questões de gênero, é necessário explicitar então alguns pressupostos referentes ao conceito de gênero. Meyer (2008, p. 10-11), argumenta que “gênero continua sendo uma ferramenta conceitual, política e pedagógica central quando se pretende elaborar e implementar projetos que coloquem em xeque tanto algumas das formas de organização social vigentes quanto as hierarquias e desigualdades delas decorrentes”. Eles são construções sociais engendradas por elementos de âmbito cultural e, dessa forma, desnaturalizar a visão determinista pautada na justificativa biológica para reforçar as desigualdades entre homens e mulheres.

Por ter um conceito historicamente vinculado ao movimento feminista, as pautas e problematizações relacionadas aos gêneros estão ligadas à luta das mulheres pela igualdade de direitos. O debate é recolocado no campo social porque se compreende que é nele que se “constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos”, portanto, as bases para justificar as desigualdades devem ser “buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação” (LOURO, 2007, p. 22). Constitui-se historicamente uma visão reducionista de modos de viver as feminilidades que subjuga possibilidades que não sejam aquelas determinadas pelas regras simbolicamente estabelecidas.

Nas relações de poder que estruturam a sociedade, as mulheres lutam cotidianamente contra o cerceamento de direitos e as imposições que violam corpos, determinam modos de ser e estar no mundo e limitam a ocupação de espaços. O espaço do desenvolvimento científico tecnológico, não é tido como apropriado às mulheres porque se supõe que elas não são intelectualmente e biologicamente aptas para exercer funções em áreas como essa, um discurso que é comumente ratificado pela própria ciência. Por isso, o mercado de trabalho em alguns segmentos é excludente e opressor para as mulheres. O que a fala das duas cientistas expõe, é a possibilidade de as mulheres exercerem funções em qualquer ambiente de trabalho, independente da área de conhecimento.



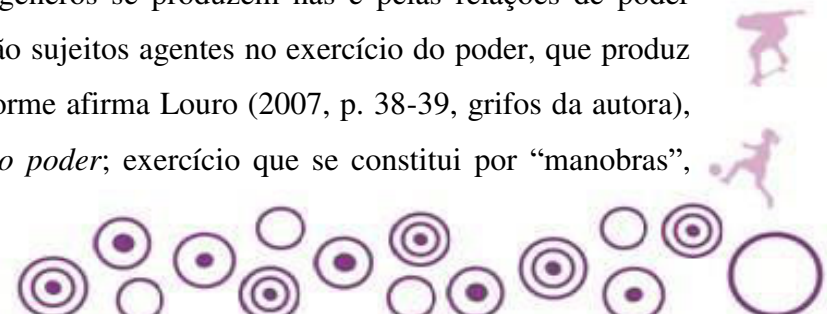



A astrofísica Patrícia relata no vídeo que muitas vezes foi a única mulher na sala de aula e que sofreu discriminação por parte de professores e colegas. Comentários como “mulheres não sabem matemática” corroboram a ideia de que há saberes de competência específica de homens e de mulheres. Nesse caso, mulheres não sabem matemática porque por suposição não têm capacidade intelectual desenvolvida para tanto, pois as ciências exatas constituem um campo de atuação culturalmente atribuído ao universo masculino. São espaços ocupados por homens, já que por questões culturais estabeleceu-se que são eles que dominam as habilidades e detém as capacidades intelectuais e cognitivas necessárias ao trabalho neste segmento.

Outra colocação da astrofísica mostra o que habitualmente se pensa sobre mulheres, e revela a opressão sofrida cotidianamente. Ao insistir em participar de uma atividade, os colegas sugeriram que ela subisse na mesa e começasse a rebolar, ou que fosse varrer a sala, demonstrando nitidamente quais são as atividades que, segundo a concepção deles, cabem às mulheres. Subir na mesa e rebolar remete à objetificação e hipersexualização da mulher, a compreensão do corpo feminino como objeto de prazer que deve estar disponível para que os homens usufruam; assim como a sugestão de varrer a casa remete à noção de que a mulher deve se limitar a desempenhar atividades domésticas. Ao se dirigirem à Patrícia dessa forma, seus colegas mostraram qual o lugar reservado às mulheres na visão patriarcal.

A cientista Paula relata uma situação comum no trabalho em áreas de desenvolvimento tecnológico, ela usa o exemplo de uma pirâmide para evidenciar que quando conseguem rasurar essa lógica limitadora e estar nos espaços não destinados a elas, as mulheres dificilmente conseguem atingir posições hierarquicamente superiores. Revela-se com isso a interferência do gênero no fato de as mulheres ainda serem minoria nos níveis mais altos dos postos de trabalho, assim como ainda é habitual que ganhem salários menores, desempenhando as mesmas funções que os homens.

Essas constatações suscitam questionamentos para aprofundar a análise: se as mulheres podem atuar nessas áreas atribuídas à prática das masculinidades, por que ainda há poucas mulheres nesses segmentos? Por que é ainda mais difícil para elas estarem em posições hierarquicamente superiores com equiparação salarial? Por que ainda é comum que ouçam comentários como os relatados por Patrícia? Para refletir a partir de questionamentos como esse, é preciso observar que os gêneros se produzem nas e pelas relações de poder (LOURO, 2007). Homens e mulheres são sujeitos agentes no exercício do poder, que produz efeitos sobre suas ações, portanto, conforme afirma Louro (2007, p. 38-39, grifos da autora), “torna-se central pensar no *exercício do poder*; exercício que se constitui por “manobras”,



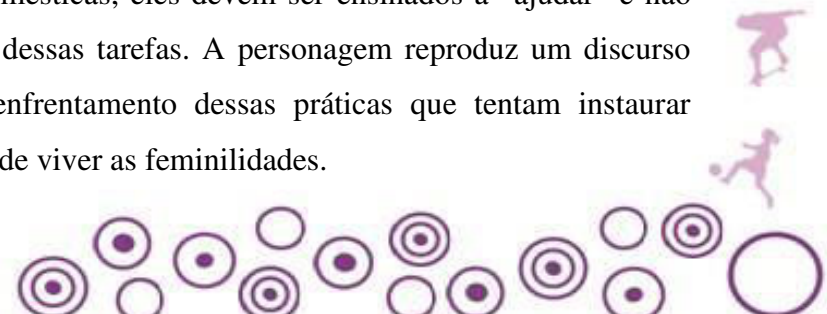



“técnicas”, “disposições”, as quais são por sua vez, resistidas e contestadas, respondidas, absorvidas, aceitas ou transformadas”.

As personagens relatam a necessidade de superação diária, de ter que provar sua capacidade para estar atuando, de ter que buscar resultados superiores. Patrícia menciona a sensação de que parece ser insuficiente tudo o que faz, assim como considera que viver em um mundo masculinizado a fez mais forte e que se não tivesse se tornado forte “teria sido eliminada logo no começo”. Paula também coloca algumas considerações nesse sentido e são importantes para pensar o quanto esses ambientes de trabalho são hostis às mulheres. A bióloga cita o “auto boicote” como consequência frequente diante das dificuldades e impeditivos impostos no cotidiano.

Cito essas duas falas das pesquisadoras, destacando o uso da palavra “eliminada” e da expressão “auto boicote”. Esses termos indicam a hostilidade enfrentada pelas cientistas e ao mesmo tempo elucidam a consciência delas de que ocupam lugares socialmente considerados não-próprios ao “universo feminino”, evidenciando a violência simbólica com a qual se deparam ao desafiarem os mecanismos de poder. Por outro lado, a cientista Paula, ao abordar a questão da maternidade, mostra o quanto o discurso que comumente se produz sobre as mulheres pode ser interpelativo. Primeiramente, ela considera a maternidade uma “situação feminina” que “os homens não entendem da mesma forma como as mulheres”, é evidente o fato de que a gestação acontece no corpo cuja materialidade biológica é atribuída ao ser mulher, mas a compreensão, ou não-compreensão, dos homens sobre essa “situação”, assim como o que se diz sobre o corpo da mulher, a gestação e a maternidade, são produções discursivas social e culturalmente situadas.

Assim, é possível observar na fala dela o entendimento de que a responsabilidade com os filhos é de competência da mãe. Essa visão da profissional é reforçada quando ela diz: “as mães da minha geração acertaram em criar as filhas para o mercado de trabalho, mas elas deixaram de criar os meninos para ajudar em casa”. Pontuo dois aspectos desse trecho: o primeiro é a evidência de que compete às mulheres o dever de educar os filhos, tanto erros quanto acertos na educação das crianças recaem sobre as mães, uma vez que aos pais compete manter o sustento da família através do trabalho fora de casa. Deste modo, justifica-se também o segundo aspecto, que decorre do uso do termo “ajudar”, ou seja, como não é função dos homens desempenhar atividades domésticas, eles devem ser ensinados a “ajudar” e não ser educados para o compartilhamento dessas tarefas. A personagem reproduz um discurso não condizente com sua postura de enfrentamento dessas práticas que tentam instaurar limitações às incontáveis possibilidades de viver as feminilidades.





Ademais, as discussões sobre mulheres, maternidade e mercado de trabalho passam inevitavelmente pela determinação da igualdade de direitos e suas bases legais. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (CF/88), a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as mudanças efetivadas no Código Civil em 2002 e, mais especificamente, a Legislação Trabalhista, que assegura direitos essenciais às mães que trabalham fora de casa, são documentos fundamentais para o respeito e respaldo à igualdade entre homens e mulheres.


O disposto da Constituição, assim como na Declaração dos Direitos Humanos, assegura a igualdade entre homens e mulheres tanto no que concerne suas obrigações quanto seus direitos, determinando que não deve haver discriminação independente da situação ou posição social dos indivíduos. No que tange especificamente à legislação trabalhista, ressalto a promulgação da Lei Federal nº 9.799, de 26 de maio de 1999, que insere nas Leis do Trabalho regras específicas sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho, vedando distinções de classe, sexo, cor, idade, situação familiar e estado de gravidez, por exemplo, nos processos de disponibilização de vagas e seleção de funcionários.

Contudo, é preciso ponderar que há divergentes questões sociais interferindo na efetividade desses direitos, o que acentua a necessidade de que sejam reivindicados continuamente pelas minorias. No ensejo dessa perspectiva de efetividade de direitos, cumpre destacar que mesmo com as situações vivenciadas em função do gênero, as duas cientistas personagens do episódio são mulheres que estão em situação de privilégio, pois não tiveram que enfrentar a interferência de fatores significativos como cor e classe social.

A respeito da pluralidade de fatores e seu entrecruzamento nas questões de gênero, é crucial entender que o próprio conceito de gênero fundamenta-se sob uma ótica que compreende a cultura como “um campo de luta e contestação em que se produzem sentidos múltiplos e nem sempre convergente de masculinidade e de feminilidade” (Meyer, 2008, p. 17). Dessa forma, as noções simplistas de homem e mulher, pautadas em perspectivas essencialistas, universalistas e trans-históricas, passaram e ainda precisam ser constantemente refutadas (MEYER, 2008). Meyer (2008) ressalta que devido ao conceito de gênero enfatizar a pluralidade e a conflitualidade desses processos de construção cultural e distinção de “corpos e sujeitos femininos e masculinos, torna-se necessário admitir que isso se expressa pela articulação de gênero com outras “marcas” sociais, tais como classe, raça/etnia, sexualidade, geração, religião, nacionalidade” (MEYER, 2008, p. 17, grifo da autora)².

² Para uma melhor análise acerca dessas “marcas sociais” seria importante que fossem analisados os três episódios que compõem a série documental. No entanto, no momento da escrita deste trabalho a Samsung ainda não havia divulgado os três vídeos.





A publicação da narrativa dessas “mulheres reais” dimensiona a necessidade de seguir empreendendo esforços na busca pela igualdade de gênero, já garantida pela legislação, mas que ainda está aquém quando se trata de efetividade. Além disso, as relações de trabalho e consumo são também relações culturais que se formam como práticas sociais, deste modo, influenciam na nossa constituição e interferem nos modos como compreendemos e vivemos nossas feminilidades. É preciso problematizar e resistir constantemente à universalização que reduz e limita a categoria mulher.

A narrativa dessas cientistas mostra que a generificação nos segmentos e divisões de trabalho são pautadas em uma perspectiva reducionista, que estigmatiza e limita as mulheres como sujeitos biológica e intelectualmente incapazes de ocupar determinados espaços, o que acontece de forma recorrente especialmente em atividades relacionadas às ciências exatas e ao desenvolvimento tecnológico. A contribuição dada pelo episódio é mostrar que não há espaços nos quais as mulheres não possam estar e que a efetividade do direito à igualdade se faz nessas resistências cotidianas, no enfrentar os tensionamentos diários.

Referências

BRASIL. **LEI Nº 9.799, DE 26 DE MAIO DE 1999**. Insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9799.htm>>. Acesso em: 23 maio 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. *In*: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 9-27.

Samsung apresenta série documental “Tech Girls”. Disponível em: <<https://news.samsung.com/br/samsung-apresenta-serie-documental-tech-girls>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

Tech Girls - Episódio 1: Cientistas Brilhantes. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=zV0mENE7_qM&t=1s>. Acesso em: 20 abr. 2018.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

